

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU
FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FACIC
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

TATHIANA ALVES MATHEUS

A CONTRIBUIÇÃO DO CONTROLE INTERNO E DA AUDITORIA
GOVERNAMENTAL PARA UMA MELHOR TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO
PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO

UBERLÂNDIA
JUNHO DE 2017

TATHIANA ALVES MATHEUS

**A CONTRIBUIÇÃO DO CONTROLE INTERNO E DA AUDITORIA
GOVERNAMENTAL PARA UMA MELHOR TRANSPARÊNCIA NA GESTÃO
PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**UBERLÂNDIA
JUNHO DE 2017**

**A contribuição do controle interno e da auditoria governamental para uma melhor
transparência na gestão pública e combate à corrupção**

Artigo Acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Banca de Avaliação:

Prof.– UFU

Orientador

Prof. ----- – UFU

Membro

Prof. ----- – UFU

Membro

RESUMO

A visão recente das gestões públicas no Brasil, em um cenário de fraudes e corrupções, está sendo notada pelos cidadãos em situações de desvios de verbas e condutas. A corrupção hoje é um assunto de destaque e evidência na mídia. Se está diante de um cenário de corrupção alarmante e de instabilidade institucional, aliado a uma inadequada utilização dos recursos públicos. Acredita-se que o controle interno das contas públicas representa uma segurança para a sociedade, um instrumento e uma ferramenta para a transparência do processo. A pesquisa teve como objetivo geral analisar a importância do controle interno das contas públicas e a auditoria governamental na transparência da gestão pública. Este trabalho classifica-se, quanto aos objetivos, como um estudo de caráter descritivo. A coleta de dados foi realizada através de questionário e a também a análise das informações contidas nos referidos sites de internet dos respectivos órgãos do governo, a pesquisa pretendeu, inicialmente, relacionar os critérios de contribuição do controle interno. A confiabilidade dos sites de transparência do governo, para a maioria dos respondentes, é satisfatória pois acreditam nos dados. Nenhum dos entrevistados acredita que os dados disponíveis são de difícil ou médio o nível de compreensão desses dos dados informados. Entende-se que implementar, incentivar e estruturar com as melhores práticas de controle a Controladoria e a Auditoria Governamental, atende tanto aos anseios da sociedade, como dá mais credibilidade às ações de governo, esses dados foram obtidos por meio dessa pesquisa.

Palavra chave: Controle Interno. Auditoria. Transparência. Gestão Pública.

INTRODUÇÃO

A administração pública é definida como a gestão dos serviços públicos num todo, ou seja, a direção, o governo e a execução das atividades com a busca pelo êxito dos resultados (MELLO, 1979). O serviço público por sua vez tem como definição a prestação do fornecimento e execução de todos os recursos arrecadados pela instituição, isto é, toda a receita oriunda dos Estados e municípios. Desse modo, os órgãos públicos passam assumir o ofício, com responsabilidade diante dos cidadãos (ALMEIDA, 2011)

Na concepção de Castro (2008), o destino da nação está nas mãos do governo, sendo que a administração pública somente cumpre a lei executando as tarefas que lhe são designadas.

Os controles internos devem possuir propósitos, projetos e regulamentos, para proporcionar uma equidade e veracidade nas demonstrações contábeis, gerando confiança aos administradores públicos em suas decisões (COCHRANE, 2016).

Auditoria, segundo Araújo (1998), é “um conjunto de procedimentos aplicados sobre determinadas ações, objetivando verificar se elas foram ou são realizadas em conformidade com as normas, regras, orçamentos e objetivos”. Portanto deve fiscalizar, controlar e avaliar os órgãos do governo.

O controle interno, por sua vez, é estabelecido pela Lei n°. 4.320/64 e seu cumprimento é reafirmado pelo artigo n°. 70, da Constituição Federal Brasileira, de 1988. (BRASIL, 1988).

Observa-se que para que uma administração pública seja eficiente e confiável é necessário que haja sistemas de controles internos a fim de auxiliar e fiscalizar os gestores públicos ao destinarem a execução desses recursos arrecadados. O controle interno foi instituído para obter resultados favoráveis na organização pública ou privada e para evitar fraudes e erros.

O presente estudo tem como objetivo geral abordar o assunto sobre a importância do controle interno e a auditoria governamental na gestão pública brasileira. Pretende ser delimitado ao papel e as contribuições dos controles internos e da auditoria governamental, no âmbito das gestões públicas, para uma melhor transparência, a fim de evitar a corrupção. Propõe apresentar quais são as relevâncias desse controle, através de fundamentos teóricos relacionados ao fato.

Essa pesquisa justifica-se pela visão recente das gestões públicas brasileiras em um cenário de fraudes e corrupções. Infelizmente o cenário atual brasileiro representa um caos. As gestões públicas estão sendo vistas pelos cidadãos em situações de fraudes, desvios de verbas e corrupções, gerando desconfiança. A corrupção hoje é um assunto de destaque e evidência

na mídia. Estamos diante de um cenário de corrupção crescente e de instabilidade institucional e de uma inadequada utilização dos recursos públicos.

Diante deste contexto, a pesquisa buscou responder a seguinte questão: o controle interno e a auditoria governamental podem contribuir para uma melhor transparência, na gestão pública?

O controle interno das contas públicas representa uma segurança para a sociedade, sendo um instrumento e uma ferramenta para a transparência do processo de gestão pública. Para que haja a transparência no serviço público é necessário que a sociedade participe e tenha interesse em acompanhar e cobrar dos governantes e gestores o cumprimento das leis. A relevância do tema se deve a importância atual da transparência pública diante a corrupção que o país enfrenta atualmente.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Devido à visão recente das gestões públicas brasileiras em um cenário de fraudes e corrupções. Infelizmente o cenário atual brasileiro representa um caos. As gestões públicas estão sendo vistas pelos cidadãos em situações de fraudes, desvios de verbas e corrupções, gerando desconfiança. A corrupção hoje é um assunto de destaque e evidência na mídia. Estamos diante de um cenário de corrupção crescente e de instabilidade institucional e de uma inadequada utilização dos recursos públicos.

O controle interno das contas públicas representa uma segurança para a sociedade, sendo um instrumento e uma ferramenta para a transparência do processo de gestão pública. Para que haja a transparência no serviço público é necessário que a sociedade participe e tenha interesse em acompanhar e cobrar dos governantes e gestores o cumprimento das leis (ALMEIDA, 2011).

A relevância do tema se deve a importância atual da transparência pública diante a corrupção que o país enfrenta atualmente.

A administração pública é dividida, conforme o art. 4º do Decreto-Lei 200/67, como administração direta e indireta:

- I - A Administração Direta, que se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa da Presidência da República e dos Ministérios.
- II - A Administração Indireta, que compreende as seguintes categorias de entidades, dotadas de personalidade jurídica própria:
 - a) Autarquias;

- b) Empresas Públicas;
- c) Sociedades de Economia Mista.
- d) fundações públicas. (Incluído pela Lei nº 7.596, de 1987)

Ainda, de acordo com o art. 6ª, da Lei 200/67, a administração pública deve obedecer aos seguintes princípios fundamentais de planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle.

Segundo Raupp (2016) para o controle da gestão pública, existem ferramentas que sustentam a verificação adequada desta gestão. Estas ferramentas são fundamentais para o controle interno, para esclarecer a distribuição e aplicação dos tributos arrecadados (RAUPP, 2016).

2.1 Controle Interno na Gestão Pública

O controle interno na gestão pública está diretamente ligado a fiscalização financeira, contábil, orçamentaria, operacional e patrimonial do poder público. É associado a este controle técnicas para oferecer dados contábeis seguros na gestão. (RAUPP, 2016).

De acordo com NBC T 16.8, § 9 (Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica), o controle interno tem a finalidade de:

- a) salvaguardar os ativos e assegurar a veracidade dos componentes patrimoniais;
- (b) dar conformidade ao registro contábil em relação ao ato correspondente;
- (c) propiciar a obtenção de informação oportuna e adequada;
- (d) estimular adesão às normas e às diretrizes fixadas;
- (e) contribuir para a promoção da eficiência operacional da entidade;
- (f) auxiliar na prevenção de práticas ineficientes e antieconômicas, erros, fraudes, malversação, abusos, desvios e outras inadequações.

O controle interno da administração pública passou a ser destacado na Reforma Administrativa de 1967, constante no artigo 6º, do Decreto-lei nº 200/67 (COCHRANE,2003). Tem como o princípio zelar pelo patrimônio público, bem como acampamento de toda ação desenvolvida pela administração e fiscalizando as despesas e eventos com irregularidades. (ALMEIDA, 2011).

Com a insatisfação e desconfiança sobre a transparência da administração pública, origina-se a auditoria governamental e o controle interno, como a principal ferramenta para obter uma melhor qualidade clareza nesta administração, (RAUPP, 2016).

Segundo Attie,

A auditoria Interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações, metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos (ATTIE, 2007, pg.78).

A importância de elementos necessários do controle interno, para desenvolver a eficácia e a eficiência em toda gestão pública, gera segurança aos gestores, proporcionando metas e responsabilidade ao servidor representante do controle interno (ALMEIDA, 2011).

É essencial que haja uma administração dos recursos arrecadados pelos municípios, para que os administradores públicos consigam ter o controle sobre a gestão para garantir o desenvolvimento social, estes fatos demonstram a importância da transparência governamental (RAUPP, 2016).

Já a auditoria dispõe de dados e registros contábeis, como comenta Franco,

O objeto da auditoria é o conjunto de todos os elementos de controle do patrimônio administrativo, os quais compreendem registros contábeis, papéis, documento, ficha, arquivos e anotações que comprovem a veracidade dos registros e a legitimidade dos atos da administração, bem como sua sinceridade na defesa dos interesses patrimoniais. A auditoria pode ter por objeto, inclusive, fatos não registrados documentalmente, mas relatados por aqueles que exercem atividades relacionadas com o patrimônio administrativo, cuja informação mereça confiança, desde que tais informações possam se admitidas como seguras pela evidência, ou por indícios convincentes. (FRANCO, 1982 *apud* BECKER, 2004, p 21).

O controle interno está diretamente relacionado com as funções administrativas dos servidores públicos, citando o planejamento, organização, execução e direção, e ressalta que nada vale os órgãos públicos possuírem um sistema de controle interno de procedimentos e processos, se a equipe de servidores públicos não for atualizada, pois não atingirá a finalidade principal, velar o patrimônio público (ALMEIDA, 2011).

2.2 O Papel da Contabilidade Pública

A contabilidade pública é o principal elemento do controle interno na administração pública, pois irá registrar os fatos e atos contábeis praticados pelos administradores que poderão alterar qualitativa e quantitativamente o patrimônio. Este e a contabilidade são regidos por legislações e medidas governamentais, e com a constituição do Conselho de Gestão será o elemento principal para a gerência das finanças públicas (COCHRANE,2003).

Para atingir a estrutura do controle interno, conforme a Lei 10.180, de 6 de fevereiro de 2011, deve-se manter a manutenção destes, que são de responsabilidades dos administradores, a conscientização dos administradores é o princípio para avaliar e identificar as melhorias do sistema, que é considerado o órgão central, diante do organismo público como um todo (SILVA, 2002).

Com denúncias de corrupção no país, o Ministério do Planejamento tomou medidas para minimizar estas alterações em nosso país, foi iniciado um código de conduta para os servidores. O guia de integridade pública foi elaborado pela CGU (Controladoria Geral da União), com o objetivo de prevenção à corrupção, criando um canal de denúncias que estão à disposição dos servidores públicos. O código vem sensibilizar os servidores para que tenham uma mudança de conduta com a ética e administração dos recursos públicos (CATALDO, 2016).

De acordo com o Jornal o Globo, a CGU divulgou que foram identificadas fraudes nos recursos federais no ano de 2015, as áreas mais prejudicadas foram saúde e educação, nos 45 municípios investigados. Francisco Bessa, secretário federal de Controle Interno da CGU, deu entrevista ao portal G1, afirma que a má gestão dos recursos públicos permite estas irregularidades. Segundo ele é preciso garantir o respeito à Lei de Acesso a Informação. Em vigência desde 2013, a lei obriga todos os gestores públicos a disponibilizarem informações ao público (G1 2015).

O controle interno é o guia de integridade pública, cria uma relação confiabilidade, veracidade na administração dos órgãos públicos, amenizando as fraudes e erros da conduta dos servidores e responsáveis pela sua gestão, garantindo um desenvolvimento social para os cidadãos.

2.3 Transparência

A transparência estimula a participação social, a informação divulgada aproxima sociedade da gestão exercida por seus representantes. As entidades públicas têm o dever de promover a transparência de sua administração e a sociedade tem o direito ao acesso e o acompanhamento da administração pública, como forma de consolidação da cidadania.

Segundo Jacobi (2003) para alcançar mudanças na participação social há a necessidade de transformações institucionais que garantam acessibilidade e transparência da gestão. A transparência proporciona um ambiente de análise e reflexão, mas para isso é necessário que os gestores públicos descortinem suas tomadas de decisões e divulguem-nas livremente nos meios

de comunicação acessíveis à população, não permitindo que suas informações fiquem restritas a alguns servidores e assessores.

O aumento da transparência auxilia o envolvimento de diferentes classes sociais no acompanhamento da gestão. A divulgação para grupos restritos inibe o seu caráter de promoção da democracia, ferindo os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Com isso, desenvolve-se um ambiente propício a condutas ilegais e corruptas.

O direito dos cidadãos é o de receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, estão garantidas pela Constituição Federal de 1988, sendo que, segundo Guadagnin (2011), estas informações devem ser disponibilizadas de forma transparente, ou seja, à divulgação deve estar somada a compreensão dos dados.

A Lei Complementar 101/2000 (LRF), estabelece regras para a maior transparência das contas públicas dos entes federativos, determinando a divulgação em tempo real de informações pormenorizadas sobre sua execução orçamentária e financeira, além de divulgação periódica de relatórios, realização de audiências públicas regulares e na prestação de contas dos chefes dos poderes.

A transparência é um dos princípios da governança pública (CRUZ, FERREIRA, SILVA, & MACEDO, 2012) e está associada com melhores indicadores de desenvolvimento socioeconômicos e humanos, e também com baixa corrupção. Uma administração transparente permite a participação do cidadão na gestão e no controle da administração pública (FIGUEIREDO et al, 2013).

A Lei destina assegurar o direito fundamental de acesso à informação e devem ser executados em conformidade com os princípios básicos da administração pública A Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso a Informação retrata o acesso e a divulgação da informação, bem como as restrições de acesso à informação. As legislações estão sendo criadas no intuito de fornecer mais transparência. Porém, para que o cidadão faça um bom uso da informação obtida, é necessário que ele a compreenda e tenha condição de realizar um juízo crítico sobre as mesmas.

Com o intuito de regulamentar o acesso a informações previstas no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do parágrafo 3º do artigo 37 e no parágrafo 2º do artigo 216 da Constituição Federal, surge a Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011 que entrou em vigor 180 (cento e oitenta dias) após a data de sua publicação. Esta Lei regula o acesso a informações previstas na Constituição.

3 ASPECTOS METODOLOGICOS

Este trabalho classifica-se, quanto aos objetivos, como um estudo de caráter descritivo, pois o intuito é de analisar a importância do controle interno das contas públicas e a auditoria governamental na transparência da gestão pública. Ressaltando-se que esse tipo de pesquisa busca a princípio conhecer um fenômeno sem modificá-lo (SELLTIZ, WRIGHTSMAN e COOK, 1987), no intuito de entender o objeto de interesse em um determinado espaço e tempo, descrevendo as características de determinada população ou fenômeno (MARTINS, 1994; GIL, 1999).

Os procedimentos utilizados na pesquisa científica referem-se à maneira pela qual se conduz o estudo e, portanto, se obtêm os dados (BEUREN et al., 2006). A autora classifica ainda essas tipologias em: estudo de caso, pesquisa de levantamento, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa participante e a pesquisa experimental. Em relação aos procedimentos essa pesquisa adota a pesquisa bibliográfica e documental, pois serão pautados no referencial teórico existente como livros, artigos científicos, bem como em materiais colhidos em sites eletrônicos da Controladoria Geral da União e o Portal da Transparência do Governo Federal, que representam fontes de consulta a serem trabalhadas pela pesquisa com o intuito de agregar valor ao tema foco, contribuindo assim com futuros trabalhos realizados nessa área.

Por fim, a abordagem do problema. Quanto a essa tipologia, Beuren *et al.* (2006, p. 92) classifica as pesquisas em: pesquisas qualitativas e quantitativas. A autora expõe ainda que: “na pesquisa qualitativa concebem-se análises mais profundas em relação ao fenômeno que está sendo estudado. A abordagem qualitativa visa destacar características não observadas por meio de um estudo quantitativo, haja vista a superficialidade deste último”. A pesquisa será realizada, de acordo com o problema exposto, de forma quantitativa, pois como exposto por Richardson (1999, p. 77), na abordagem quantitativa, não se pretende numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas, e sim compreender procedimentos utilizados por um grupo, através de uma análise mais profunda.

A coleta de dados foi realizada através de questionário com 40 respondentes e também a análise das informações contidas nos referidos sites de internet dos respectivos órgãos do governo, a pesquisa pretende, inicialmente, relacionar os critérios de contribuição do controle interno e da auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em combate a corrupção.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Perfil dos Respondentes

Como análise dos resultados, pode-se visualizar o total de respostas para cada questão. A primeira parte da pesquisa se baseou em analisar o perfil social dos respondentes da pesquisa, nessa parte foram realizadas perguntas como idade, tempo de atuação na organização e nível de escolaridade.

Quadro 1 - Características sociais dos auditores pesquisados

1	Faixa Etária
2	Tempo de Atuação na Organização
3	Nível de Escolaridade

Fonte: Elaborado pela autora

As perguntas delimitadas por faixa de idade, tempo de organização (se estiver trabalhando) e nível de escolaridade evidenciam que a faixa etária com maior número de respondente se encontra entre 21 a 40 anos, é possível encontrar as perguntas delimitadas por faturamento anual.

Quadro 2 - Dados dos respondentes da pesquisa

Idade:	Tempo de atuação na organização:	Nível de Escolaridade:
<input type="checkbox"/> 18 - 20 anos	<input type="checkbox"/> menos de 1 ano	<input type="checkbox"/> Ensino Fundamental
<input type="checkbox"/> 21 - 25 anos	<input type="checkbox"/> 1 - 5 anos	<input type="checkbox"/> Ensino Médio
<input type="checkbox"/> 26 - 30 anos	<input type="checkbox"/> 6 - 10 anos	<input type="checkbox"/> Nível Técnico
<input type="checkbox"/> 31 - 40 anos	<input type="checkbox"/> 11 - 15 anos	<input type="checkbox"/> Nível Superior Incompleto
<input type="checkbox"/> 41 - 50 anos	<input type="checkbox"/> 16 - 20 anos	<input type="checkbox"/> Nível Superior Completo
<input type="checkbox"/> 51 - 60 anos	<input type="checkbox"/> 21 - 25 anos	<input type="checkbox"/> MBA /Pós Graduação
<input type="checkbox"/> mais de 60 anos	<input type="checkbox"/> 26 - 30 anos	<input type="checkbox"/> Mestrado
	<input type="checkbox"/> Mais de 30 anos	<input type="checkbox"/> Doutorado
		<input type="checkbox"/> Pós-Doutorado
		Formação na área acadêmica de: _____

Fonte: Elaborado pela autora

E que o nível de escolaridade com maior porcentagem das respostas está em nível superior completo seguido de superior com pós-graduação. Com relação ao tempo de trabalho na organização a maioria dos respondentes possui apenas de 1 a 5 anos de atuação na empresa.

No perfil dos respondentes no que se refere a idade, foi possível identificar que a faixa etária dos auditores participantes está entre 21 a 40 anos, e ainda de acordo com a pesquisa foi

evidenciado um perfil de jovens e a sua grande maioria recém-formados, pois possuem um tempo de atuação na organização relativamente pequeno, conforme demonstrado no quadro 3. No que se refere ao seu nível de escolaridade, a maioria dos respondentes possuem apenas nível superior completo, sendo que apenas um respondente possui mestrado completo.

Quadro 3 - Características da amostra

Idade:	Tempo de atuação na organização:	Nível de Escolaridade:
(18) 21 - 25 anos	(10) menos de 1 ano	(28) Nível Superior Completo
(14) 26 - 30 anos	(16) 1 - 5 anos	(11) MBA /Pós Graduação
(8) 31 - 40 anos	(14) 6 - 10 anos	(1) Mestrado

Fonte: Elaborado pela autora

A segunda parte da pesquisa está composta de questões que foram respondidas pelos cidadãos do município de Uberlândia das mais diversas faixa etária e nível de escolaridade, o intuito é verificar se a administração pública pode ser eficiente e confiável e se é necessário que haja sistemas de controles internos a fim de auxiliar e fiscalizar os gestores públicos ao destinarem a execução desses recursos arrecadados. O controle interno foi instituído para obter resultados favoráveis na organização pública ou privada e para evitar fraudes e erros. Foi elaborado um questionário composto por 10 questões, que tem como objetivo analisar o perfil ético e profissional dos auditores respondentes no município de Uberlândia - MG.

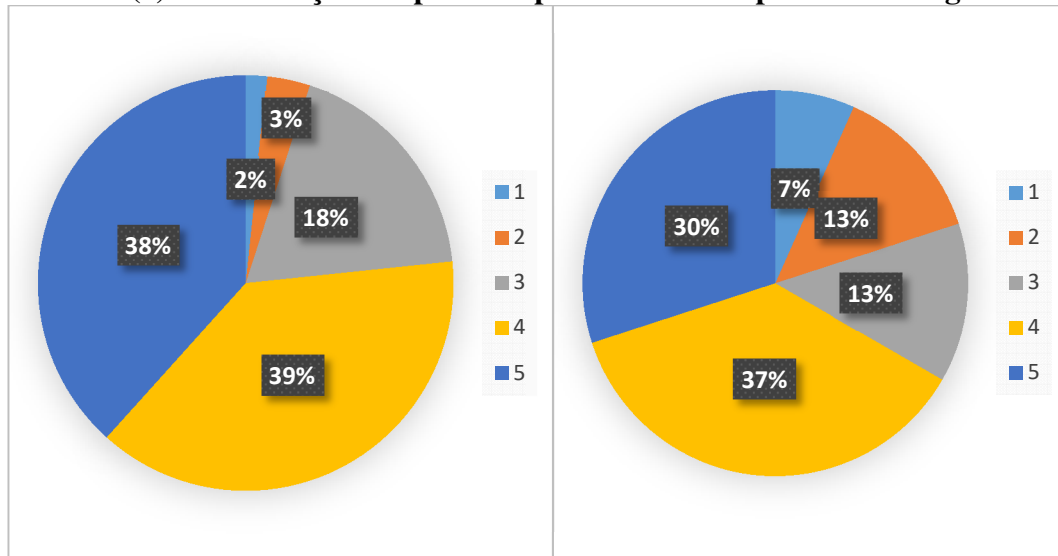
As perguntas seguem em conjunto e estão apresentadas as respostas em forma de gráficos que foram gerados e agrupados de acordo com as características semelhantes e objetivos parecidos no que se refere ao contexto. O intuito das perguntas foi o de verificar se o controle interno e a auditoria governamental podem contribuir para uma melhor transparência, na gestão pública.

Uma característica perceptível por meio dos questionários foi possível constatar que grande parte dos entrevistados concorda ou concorda plenamente com esses os objetivos que demonstram a eficiência e eficácia do controle interno e da auditoria governamental podem contribuir para uma melhor transparência, na gestão pública, através do questionário observa-se que são utilizados vários recursos para a resposta dos respondentes dentre ele: acesso ao portal da transparência, noticiários televisivos, redes sociais e amigos e os demonstrativos contábeis disponíveis nos sites do governo, como o portal da transparência, por exemplo. A seguir são demonstrados os gráficos relacionados o controle interno e a auditoria governamental podem contribuir para uma melhor transparência, na gestão pública.

4.2 Análise do Questionário

O primeiro conjunto de gráficos referentes as duas primeiras perguntas do questionário e tabulados segundo a escala *Linkert* de 1 a 5 busca entender se os respondentes acham as informações disponíveis no site da transparência com facilidade e se também é possível por meio dessas informações verificar ao longo do tempo se essas informações possuem sentido e entendimento cronológico. A maior parte dos respondentes acharam as informações com facilidade e conseguem estabelecer uma cronologia para as mesmas, conforme mostra os gráficos 1 e 2.

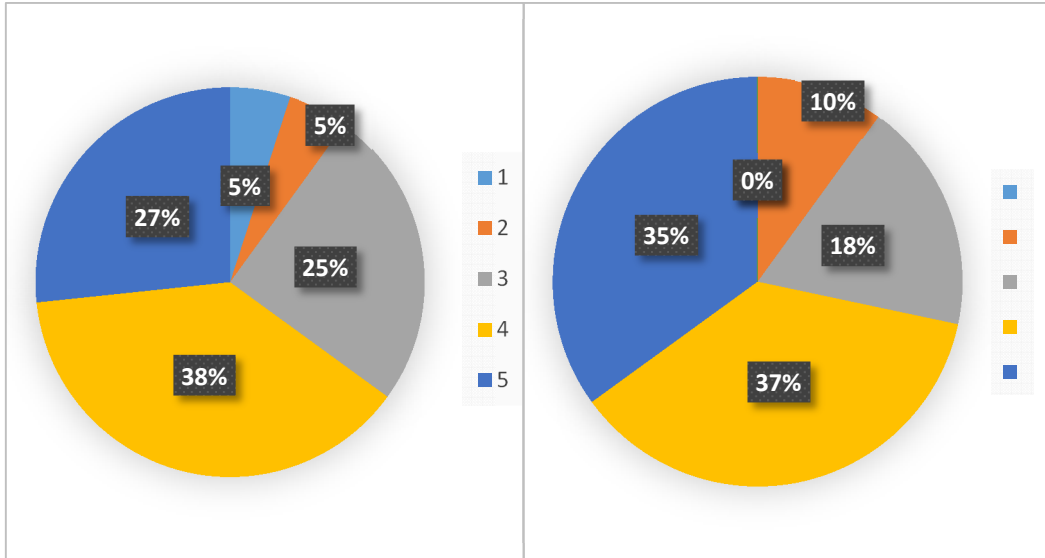
Gráficos 1 e 2: (1) No Portal da Transparência as informações são fáceis de serem encontradas e (2) a informações disponíveis podem ser acompanhadas ao longo do tempo.



Fonte: Elaborado pela autora- Dados da pesquisa

Os gráficos 3 e 4 evidenciam o nível credibilidade dos dados apresentados nos sites do governo no que se referem a transparência e correta adequação dos gastos públicos para a sociedade. E se essas informações estão evidenciadas de maneira que qualquer cidadão ao buscar nos sites consiga ter uma fácil compreensão do está sendo explicado na página da internet. Mais da metade dos respondentes concordam totalmente ou apenas concordam com essas afirmações.

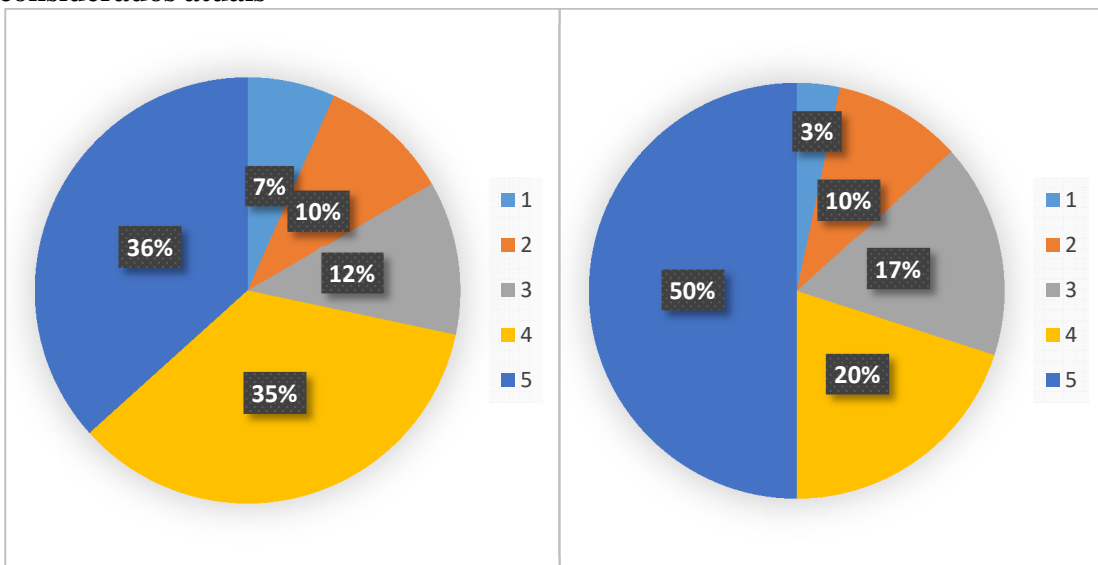
Gráficos 3 e 4: (3) Os dados apresentados nos sites podem ser considerados como verdadeiros e (4) existem gráficos e ou figuras que facilitem a compreensão das informações disponíveis no site.



Fonte: Elaborado pela autora - Dados da pesquisa

No conjunto de respostas abaixo os gráficos 5 e 6 evidenciam que a maior parte dos respondentes acreditam que as informações evidenciadas nos sites do governo são confiáveis. E que ao realizar uma pequena busca nos sites da internet é possível verificar que essas são autênticas e que esses dados são atuais e representam fidedignamente a realidade.

Gráficos 5 e 6: (5) As informações disponíveis no site possuem uma fonte na qual se possa verificar sua veracidade e (6) os dados apresentados no seu último acesso ao site podem ser considerados atuais



Fonte: Elaborado pela autora- Dados da pesquisa

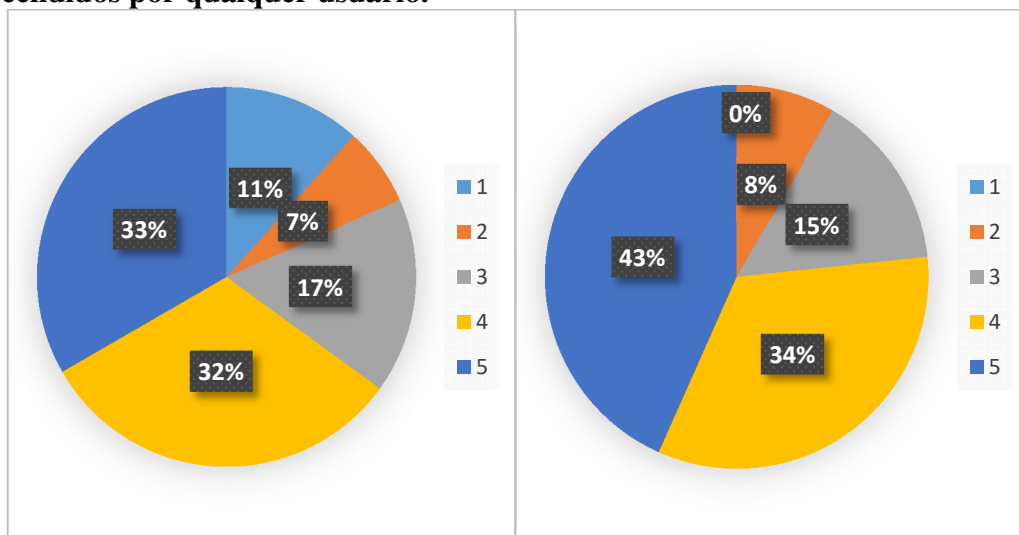
No que se refere a confiabilidade dos sites de transparência como um indicador de confiabilidade do governo novamente a maioria dos respondentes acreditam que essa assertiva seja verdadeira, pois a maioria dos respondentes concordaram ou concordaram totalmente com

essa afirmativa. E nenhum dos entrevistados acredita que os dados disponíveis são de difícil ou média o nível de compreensão desses dados.

Sendo assim fáceis de serem entendidos por qualquer pessoa que se propuser a analisá-los e verificar sua autenticidade. O demonstra por meio da pesquisa é que mesmo em um momento de crise vivido no país no presente momento, algumas pessoas ainda acreditam que a prestação de contas e as informações fornecidas pelo governo são verídicas e possuem origem confiáveis.

Entretanto a veracidade dos dados foi perceptível pelos respondentes no que se referem aos montantes empenhados e nas receitas arrecadadas. Entretanto a sua empregabilidade e correta destinação dos recursos financeiros são de natureza duvidosa.

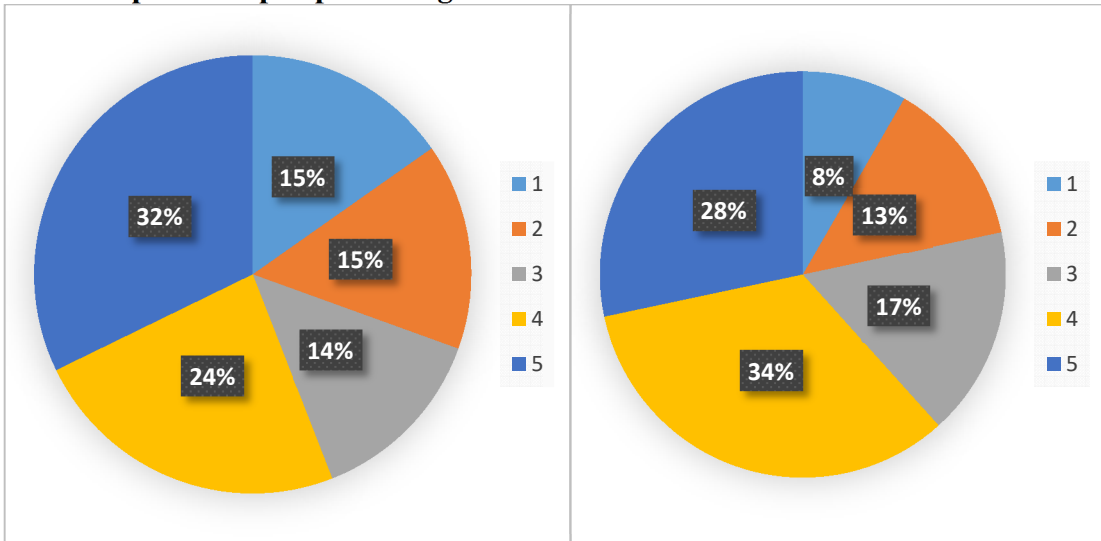
Gráficos 7 e 8: (7) O portal da transparência do governo pode ser considerado um bom indicador de confiabilidade no governo e (8) os dados são fáceis de serem interpretados e compreendidos por qualquer usuário.



Fonte: Elaborado pela autora - Dados da pesquisa

A visão recente dos respondentes é a de que a política brasileira no presente momento vive um cenário de fraudes e corrupções. Infelizmente o cenário atual brasileiro representa um caos. As gestões públicas estão sendo vistas pelos cidadãos em situações de fraudes, desvios de verbas e corrupções, gerando desconfiança. A corrupção hoje é um assunto de destaque e evidência na mídia. Estamos diante de um cenário de corrupção crescente e de instabilidade institucional e de uma inadequada utilização dos recursos públicos. De acordo com as perguntas 9 e 10 os respondentes responderam de forma imparcial, ou seja, dividiram suas opiniões nas cinco escalas do questionário, assim sendo não existe um padrão ou verdade absoluta sobre essas questões que estão evidenciadas nos gráficos a baixo.

Gráficos 9 e 10: (9) O acesso a informação e a transparência gera “mais transparência e menos corrupção e (10) os fatos atuais ligados a corrupção podem ser associados a uma falta de transparência por parte do governo.



Fonte: Elaborado pela autora- Dados da pesquisa

O controle interno das contas públicas representa uma segurança para a sociedade, sendo um instrumento e uma ferramenta para a transparência do processo de gestão pública.

Para que haja a transparência no serviço público é necessário que a sociedade participe e tenha interesse em acompanhar e cobrar dos governantes e gestores o cumprimento das leis. A relevância do tema se deve a importância atual da transparência pública diante a corrupção que o país enfrenta atualmente.

É possível verificar por meio da pesquisa que os respondentes possuem um pensamento semelhante acerca das informações disponíveis nos sites do governo, como o site da transparência, e que as informações são fáceis de serem compreendidas e que existe uma linearidade das informações ao longo do tempo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, buscou-se a verificação no posicionamento das entrevistas no que se refere se a administração pública pode ser eficiente e confiável e se é necessário que haja sistemas de controles internos a fim de auxiliar e fiscalizar os gestores públicos ao destinarem a execução desses recursos arrecadados. O controle interno foi instituído para obter resultados favoráveis na organização pública ou privada e para evitar fraudes e erros. Foi elaborado um questionário composto por 10 questões, que tem como objetivo analisar o perfil ético e profissional dos auditores respondentes no município de Uberlândia - MG.

O presente estudo teve como premissa ser indispensável analisar a investigação sobre os instrumentos definidos em nível constitucional e infraconstitucional a respeito dos deveres-poderes de transparência estatal e acessibilidade das informações públicas aos cidadãos, bem como sobre os mecanismos de participação, reclamação e controle social (democracia participativa e legitimação pelo procedimento), com os olhos voltados à identificação das razões pelas quais se apresenta um déficit de efetividade que distancia os mundos do “dever ser” e do “ser” nesse âmbito de análise. Nesse sentido, o objetivo geral deste artigo de analisar a importância do controle interno das contas públicas e a auditoria governamental na transparência da gestão pública demonstrou indubitavelmente sua contribuição em especial na visão dos respondentes.

Segundo Bresser-Pereira (1997, p. 177), “o avanço da cidadania e da civilização no mundo tem ocorrido historicamente através da afirmação de direitos” e “a afirmação dos direitos republicanos completará esse ciclo histórico de afirmação da cidadania”. Nesse sentido, todos são atores relevantes.

Estado e sociedade devem assumir seus papéis nessa indispensável interação dinâmica e assim contribuir para que sejam estabelecidos os fundamentos sólidos indispensáveis a proporcionar, universalmente, a máxima eficácia jurídica e social às normas constitucionais, legais e regulamentares que tratam da transparência, participação e controle social. Ou seja, da realização de direitos fundamentais e a devida prestação de contas de forma transparente e correta.

Esta pesquisa contribuiu para verificar o nível de evidência das informações disponíveis nos portais do governo no que se refere a transparência e principalmente entendimento do que está disponível nos sites para a população brasileira. Por meio dessa

pesquisa foi possível verificar que os respondentes encontram algumas dificuldades no que se refere a entender as informações disponíveis nos portais do governo,

Por tudo, entende-se que implementar, incentivar e estruturar com as melhores práticas de controle a Controladoria e a Auditoria Governamental, atende tanto aos anseios da sociedade, como dá mais credibilidade às ações de governo. Uma limitação encontrada nessa pesquisa foi o número de apenas 40 respondentes, sugere-se como pesquisas futuras realizar com uma amostra maior de participantes e também uma análise na esfera Estadual e Municipal do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Simone Aparecida de Santana. Controle Interno na administração pública. **Especialização em Gestão Pública Municipal**, Maringá/PR. 2011, p. 1-28, 2011. Disponível em: <http://www.dad.uem.br/especs/monosemad/trabalhos/_13_20174375.doc> Acesso em: 02 mai. 2016.
- ARAÚJO, I.P.S. **Introdução à auditoria: breves apontamentos de aula aplicáveis à área governamental e aos programas de concurso público**. 1.ed. Salvador, 1998.
- ATTIE, W. Auditoria interna. São Paulo: Atlas, 2007.
- BECKER, A. **Auditoria externa aplicada às sociedades cooperativas: aspectos patrimoniais, formais e sociais**. São Paulo: IOB Tomson, 2004.
- BESSA, Francisco. **Globo Notícias**. Entrevista ministro da CGU.G1. 18/12/2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/12/cgu-identifica-prejuizo-de-r-452-mi-com-corrupcao-em-2015.html>
- BEUREN, I.M. **Trajetória da construção de um trabalho mono gráfico em contabilidade**. In: BEUREN, I. M. (Org.). Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2004.
- BRASIL. **Constituição Federal**. 9. Ed. Brasília. Câmara dos Deputados. 2000.
- BRASIL. **Constituição Federal**. Disponível em: :<http://www.planalto.gov.br> e <<http://www.sfc.fazenda.gov.br>> Acesso em: 10 maio e 31 maio 2016.
- COCHRANE , Teresinha Maria Cavalcanti. **A importância do controle interno na administração pública brasileira e a contribuição da Contabilidade como principal instrumento de controle na busca da eficiência da Gestão Pública**. In: IX CONVENÇÃO DE
- CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL, 2003, Gramado,RS. **A importância do controle interno na administração pública brasileira**. Agosto.2003.p.1-21. Disponível em: http://www.gestaofinancaspublicas.ufc.br/artigo_cont_publica_Teresinha_Maria_Cavalcanti_Cochrane_Integra.doc> Acesso em: 03 mai. 2016.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1988.

NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE – NC T 16.8. Disponível em:
<http://www.portaldecontabilidade.com.br/nbc/>

RAUPP, Jéssica Tuane; VIER, Alison Jose. A auditoria e os controles internos como ferramenta para demonstrar transparência na administração pública - Municípios do Vale do Paranhana. **A auditoria e os controles internos como ferramenta para demonstrar transparência na administração pública**, Taquara/RS. 2016, n. 8, p. 1-26, Jan.2016. Disponível em: <<https://contabeis.faccat.br/revista/>> Acesso em: 30 abr. 2016.

SILVA, Pedro Gabriel Kenne da. O papel do controle interno na administração pública. **O papel do controle interno na administração pública**, Porto Alegre/RS. v. 2, 2002, n. 2, p. 1-16, 1º semestre 2002. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/ConTexto/article/download/11555/6784>> Acesso em: 02 mai. 2016.

APÊNDICE

QUESTIONÁRIO DA PESQUISA

O questionário que se segue propõe quesitos a serem respondidos pelos cidadãos do município de Uberlândia das mais diversas faixas etárias e nível de escolaridade, o intuito é verificar se a administração pública pode ser eficiente e confiável e se é necessário que haja sistemas de controles internos a fim de auxiliar e fiscalizar os gestores públicos ao destinarem a execução desses recursos arrecadados. O controle interno foi instituído para obter resultados favoráveis na organização pública ou privada e para evitar fraudes e erros. O questionário faz parte de um trabalho de conclusão de curso que possui uma pesquisa com o tema: **A contribuição do controle interno e da auditoria governamental para uma melhor transparência na gestão pública em combate a corrupção**, cuja pesquisa é orientada pelo professor Adeilson Soares Barbosa da Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia e executada pelo estudante do curso de Ciências Contábeis: Tathiana Alves Matheus

Não é necessária identificação da pessoa a responder aos quesitos. Todos os dados da pessoa respondente serão mantidos em sigilo e sem identificação de nome ou qualquer outra identificação pessoal.

Dados do Respondente:

Idade:

- | | |
|--|---------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> 18 – 20 anos | <input type="checkbox"/> 21 – 25 anos |
| <input type="checkbox"/> 26 – 30 anos | <input type="checkbox"/> 31 – 40 anos |
| <input type="checkbox"/> 41 – 50 anos | <input type="checkbox"/> 51 – 60 anos |
| <input type="checkbox"/> mais de 60 anos | |

Tempo de atuação na organização:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> menos de 1 ano | <input type="checkbox"/> 1 – 5 anos |
| <input type="checkbox"/> 6 – 10 anos | <input type="checkbox"/> 11 – 15 anos |
| <input type="checkbox"/> 16 – 20 anos | <input type="checkbox"/> 20 – 25 anos |
| <input type="checkbox"/> 26 – 30 anos | <input type="checkbox"/> Mais de 30 anos |

Nível de Escolaridade:

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Ensino Fundamental | <input type="checkbox"/> Ensino Médio |
| <input type="checkbox"/> Nível Técnico | <input type="checkbox"/> Nível Superior Incompleto |
| <input type="checkbox"/> Nível Superior Completo | <input type="checkbox"/> MBA /Pós Graduação |
| <input type="checkbox"/> Mestrado | <input type="checkbox"/> Doutorado |
| <input type="checkbox"/> Pós-Doutorado | Formação na área acadêmica de: _____ |

Concordo ou discordo com os seguintes quesitos:	DT	D	NCND	C	CT
1. No Portal da Transparência as informações são fáceis de serem encontradas.	1	2	3	4	5
2. A informações disponíveis podem ser acompanhadas ao longo do tempo.	1	2	3	4	5
3. Os dados apresentados nos sites podem ser considerados como verdadeiros e existem gráficos	1	2	3	4	5
4. Existem gráficos e ou figuras que facilitem a compreensão das informações disponíveis no site.	1	2	3	4	5
5. As informações disponíveis no site possuem uma fonte na qual se possa verificar sua veracidade	1	2	3	4	5
6. Os dados apresentados no seu último acesso ao site podem ser considerados atuais	1	2	3	4	5
7. O portal da transparência do governo pode ser considerado um bom indicador de confiabilidade no governo.	1	2	3	4	5
8. Os dados são fáceis de serem interpretados e compreendidos por qualquer usuário.	1	2	3	4	5
9. O acesso a informação e a transparência gera “mais transparência e menos corrupção.	1	2	3	4	5
10. Os fatos atuais ligados a corrupção podem ser associados a uma falta de transparência por parte do governo.	1	2	3	4	5

Respostas aos quesitos: A cima segue uma lista com afirmações acerca da percepção do gestor em relação ao uso da informação contábil no processo gerencial e de tomada de decisões. As respostas deverão ser dadas em uma escala de 0 a 5, onde 0 corresponde a **Discordo Totalmente (DT)**, e 5 corresponde a **Concordo Totalmente (CT)**. As perguntas são listadas abaixo:

O questionário a utilizado na pesquisa é composto com perguntas fechadas e de múltipla escolha e escala tipo *Likert* de 5 pontos. A escala de discordo totalmente a concordo totalmente foi selecionada para os gestores terem maior amplitude de respostas.